

A IMPORTÂNCIA DE MOBILIZAR OS ALUNOS NAS QUESTÕES AMBIENTAIS

Darilene Lopes da Silva Darboux*

RESUMO

Através da interferência do homem sobre o meio, iniciam-se os problemas ambientais, pois o mesmo apenas busca retirar os recursos da natureza e em geral, não se preocupa em preservar e garantir sua utilização para gerações futuras. Com o passar dos tempos, esses problemas vêm se agravando, principalmente porque a maior parte da população não tem nenhuma informação sobre o que suas ações vêm gerando sobre o meio ambiente. Nesta perspectiva, o presente artigo discute a importância de mobilizar os alunos para às questões ambientais ou do Meio Ambiente, que constantemente é alvo da ação humana que deteriora o habitat seja humano, animal ou vegetal. A escola tem um papel fundamental para motivar e mobilizar por meio de ações, projetos que possa gerar uma maior consciência ambiental nos alunos, onde os professores serão mediadores desse processo. Ação que pode ser simples diante da complexidade que acomete com o Meio Ambiente, como um lugar adequado para se colocar o lixo, seja em casa, na escola e na rua, visando ampliar em suas vidas maiores projetos de preservação por meio de atitudes éticas. Por isso, a escola é importante aliada para mobilizar os alunos nas questões ambientais, e que as saídas de campos são importantes para vislumbrar a necessidade do cuidado e de uma atenção ao planeta como um todo.

Palavras-Chave: Questões Ambientais; Mobilização; Alunos; Meio Ambiente; Consciência Ambiental

ABSTRACT

As a result of man's interference with the environment, environmental problems begin, as he simply seeks to take resources from nature and, in general, is not concerned with preserving and guaranteeing their use for future generations. Over time, these problems have worsened, mainly because the majority of the population has no information about what their actions are doing to the environment. With this in mind, this article discusses the importance of mobilizing students to address environmental issues or the environment, which is constantly the target of human action that damages the habitat, be it human, animal or plant. The school has a fundamental role to play in motivating and mobilizing through actions, projects that can generate greater environmental awareness in students, where teachers will be

*Licenciada em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás (UEG) - 2008; Pós-Graduada em Metodologia de Ensino da Educação Ambiental pela Universidade Gama Filho (UGF) - 2010; Mestranda em Ciências da Educação pela FICS - 2019 - darbouxlds@yahoo.com.br

the mediators of this process. Actions that can be simple in the face of the complexity of the environment, such as a suitable place to put garbage, whether at home, at school or in the street, with the aim of expanding the preservation projects in their lives through ethical attitudes. For this reason, the school is an important ally in mobilizing students in environmental issues, and field trips are important to see the need for care and attention to the planet as a whole.

Keywords: Environmental Issues; Mobilization; Students; Environment; Environmental Awareness.

RESUMEN

La interferencia del hombre con el medio ambiente es el punto de partida de los problemas medioambientales, ya que sólo busca tomar recursos de la naturaleza y, por lo general, no se preocupa por preservar y garantizar su uso para las generaciones futuras. Con el tiempo, estos problemas se han agravado, principalmente porque la mayoría de la población no tiene información sobre lo que sus acciones están haciendo al medio ambiente. Teniendo esto en cuenta, en este artículo se analiza la importancia de movilizar a los estudiantes para que se ocupen de los problemas medioambientales o del medio ambiente, que es constantemente objeto de la acción humana que daña los hábitats humanos, animales y vegetales. La escuela tiene un papel fundamental en la motivación y movilización a través de acciones y proyectos que puedan generar una mayor conciencia ambiental en los alumnos, donde los profesores serán los mediadores en este proceso. Acciones que pueden ser simples frente a la complejidad del medio ambiente, como un lugar adecuado para depositar la basura, ya sea en casa, en la escuela o en la calle, con el objetivo de ampliar los proyectos de preservación en sus vidas a través de actitudes éticas. Por eso, la escuela es un aliado importante en la movilización de los alumnos en torno a las cuestiones ambientales, y las excursiones son importantes para destacar la necesidad de cuidado y atención al planeta como un todo.

Palabras-Clave: Cuestiones medioambientales; Movilización; Estudiantes; Medio ambiente; Sensibilización medioambiental

1 INTRODUÇÃO

Educação Ambiental não pode ser classificada como uma obrigação de uma só disciplina ou de um único professor, isto porque se trata de um tema complexo que não pode ser creditado a uma única formação, precisa, portanto, ser tratada em uma perspectiva transversal em uma dimensão de interdisciplinaridade. Diante dessa complexidade, o artigo tem o objetivo de analisar a importância de mobilizar

os alunos em questões ambientais ou ecológicas. Também é importante avaliar a formação dos docentes que compõe o quadro da escola, para que todos se sentem inseridos e responsáveis por esta abordagem.

Como a escola, professores podem contribuir para mobilizar os alunos para as questões ambientais? É o problema que norteará a pesquisa, e que ações, projetos, feiras de ciências, saídas de campo são importantes para criar consciência ética e ecológica em vista de uma maior qualidade de vida diante da preservação do Meio Ambiente. Por isso, o que motivou a pesquisa foi a necessidade e a importância de criar mais atividades correlacionadas às questões ambientais, atividades desde a mais simples até complexas.

A pesquisa bibliográfica foi utilizada para teorizar a temática, ampliando as possíveis discussões acerca da consciência ecológica deve perpassar tanto a escola, família e sociedade como um todo.

2 A RELEVÂNCIA DE MOBILIZAR OS ALUNOS NAS QUESTÕES RELACIONADAS AO MEIO AMBIENTE

São grandes os desafios a enfrentar quando se procura direcionar as ações para a melhoria das condições de vida no mundo. Um deles é relativo à mudança de atitudes na interação com o patrimônio básico para a vida humana: o meio ambiente. Os alunos podem ter nota 10 nas provas, mas, ainda assim, jogar lixo na rua, pescar peixes-fêmeas prontas para reproduzir, atear fogo no mato indiscriminadamente, ou realizar outro tipo de ação danosa, seja por não perceberem a extensão dessas ações ou por não se sentirem responsáveis pelo mundo em que vivem (Cunha, 2007).

Como é possível, Gonçalves e Silveira (2012, p. 45):

Dentro das condições concretas da escola, contribuir para que os jovens e adolescentes de hoje percebam e entendam as consequências ambientais de suas ações nos locais onde trabalham, jogam bola, enfim, onde vivem? Como eles podem estar contribuindo para a reconstrução e gestão coletiva de alternativas de produção da subsistência de maneira que minimize os impactos negativos no meio ambiente? Quais os espaços que possibilitam essa participação? Enfim, essas e outras questões estão cada vez mais presentes nas reflexões sobre o trabalho docente.

De acordo com Cunha (2007) a problematização e o entendimento das consequências de alterações no ambiente permitem compreendê-las como algo produzido pela mão humana, em determinados contextos históricos, e comportam diferentes caminhos de superação.

Dessa forma, o debate na escola pode incluir a dimensão política e a perspectiva da busca de soluções para situações como a sobrevivência de pescadores na época da desova dos peixes, a falta de saneamento básico adequado ou as enchentes que tantos danos trazem à população. A solução dos problemas ambientais tem sido considerada cada vez mais urgente para garantir o futuro da humanidade e depende da relação que se estabelece entre sociedade/natureza, tanto na dimensão coletiva quanto na individual.

De acordo com Campos (2016) essa consciência já chegou à escola e muitas iniciativas têm sido tomadas em torno dessa questão, por educadores de todo o país. Por essas razões, vê-se a importância de incluir Meio Ambiente nos currículos escolares como tema transversal, permeando toda prática educacional. É fundamental, na sua abordagem, considerar os aspectos físicos e biológicos e, principalmente, os modos de interação do ser humano com a natureza, por meio de suas relações sociais, do trabalho, da ciência, da arte e da tecnologia

A abordagem da questão ambiental se dá a partir de um breve histórico e discorre sobre o reconhecimento da existência de uma crise ambiental que muito se confunde com um questionamento do próprio modelo civilizatório atual, apontando para a necessidade da busca de novos valores e atitudes no relacionamento com o meio em que vivemos. Enfatiza, assim, a urgência da implantação de um trabalho de Educação Ambiental que contemple as questões da vida cotidiana do cidadão e discuta algumas visões polêmicas sobre essa temática.

A perspectiva ambiental para Batista (2014) consiste num modo de ver o mundo no qual se evidenciam as interrelações e a interdependência dos diversos elementos na constituição e manutenção da vida. À medida que a humanidade aumenta sua capacidade de intervir na natureza para satisfação de necessidades e desejos crescentes, surgem tensões e conflitos quanto ao uso do espaço e dos recursos. Nos últimos séculos, Campos (2016) um modelo de civilização se impôs, alicerçado na industrialização, com sua forma de produção e organização do trabalho, a mecanização da agricultura, o uso intenso de agrotóxicos e a

concentração populacional nas cidades. Tornaram-se hegemônicas na civilização ocidental as interações sociedade/natureza adequadas às relações de mercado.

A exploração dos recursos naturais se intensificou muito e adquiriu outras características, a partir das revoluções industriais e do desenvolvimento de novas tecnologias, associadas a um processo de formação de um mercado mundial que transforma desde a matéria-prima até os mais sofisticados produtos em demandas mundiais. Quando se trata de discutir a questão ambiental, nem sempre se explicita o peso que realmente têm essas relações de mercado, de grupos de interesses, na determinação das condições do meio ambiente, o que dá margem à interpretação dos principais danos ambientais como fruto de uma “maldade” intrínseca ao ser humano (Gonçalves; Silveira, 2012).

A demanda global dos recursos naturais deriva de uma formação econômica cuja base é a produção e o consumo em larga escala. A lógica, associada a essa formação, que rege o processo de exploração da natureza hoje, é responsável por boa parte da destruição dos recursos naturais e é criadora de necessidades que exigem, para a sua própria manutenção, um crescimento sem fim das demandas quantitativas e qualitativas desses recursos (Costa, 2011). É o caso, por exemplo, das populações que comercializam madeira da Amazônia, nem sempre de forma legal, ou dos indígenas do sul da Bahia que queimam suas matas para vender carvão vegetal. Os rápidos avanços tecnológicos viabilizaram formas de produção de bens com consequências indesejáveis que se agravam com igual rapidez.

A exploração dos recursos naturais segundo Cunha (2007) passou a ser feita de forma demasiadamente intensa, a ponto de pôr em risco a sua renovabilidade. Sabe-se agora da necessidade de entender mais sobre os limites da renovabilidade de recursos tão básicos como a água, por exemplo.

Recursos não renováveis, como o petróleo, ameaçam escassear. De onde se retirava uma árvore, agora se retiram centenas. Onde moravam algumas famílias, consumindo escassa quantidade de água e produzindo poucos detritos, agora moram milhões de famílias, exigindo a manutenção de imensos mananciais e gerando milhares de toneladas de lixo por dia (Bezerra; Gonçalves, 2007).

Em vários países, Bezerra e Gonçalves (2007) refletem que a preocupação com a preservação de espécies surgiu há muitos anos. No final do século passado,

iniciaram-se manifestações pela preservação de sistemas naturais que culminaram na criação de Parques Nacionais e em outras Unidades de Conservação.

Nas regiões mais industrializadas, passou-se a constatar uma deterioração na qualidade de vida, o que afeta tanto a saúde física quanto a saúde psicológica das pessoas, especialmente das que habitam as grandes cidades. Por outro lado, os estudos ecológicos começaram a tornar evidente que a destruição e até a simples alteração de um único elemento pode ser nociva e mesmo fatal para todo o ecossistema (Bezerra; Gonçalves, 2007). Qualquer ação humana que prejudica o Meio Ambiente, seja de menor ou maior proporção interfere diretamente na qualidade de vida animal, humana e vegetal

A indústria química oferece como solução o uso de praguicidas que acabam, muitas vezes, envenenando as plantas, o solo, a água e colocam em risco a saúde de trabalhadores rurais e consumidores. Assim como em outros países, no Brasil, a preocupação com a exploração descontrolada e depredatória de recursos naturais passou a existir em função do rareamento do pau Brasil, há poucos séculos (Bezerra; Gonçalves, 2007, p. 34).

Foi estabelecida uma regulamentação para a extração de alguns tipos de madeira, que passaram a ser tratadas como “madeiras de lei”. Hoje, além de ser um dos maiores países do mundo em extensão, o Brasil ainda possui inúmeros recursos naturais de fundamental importância para todo o planeta: desde ecossistemas como as florestas tropicais, o pantanal, o cerrado, os mangues e restingas, até uma grande parte da água doce disponível para o consumo humano.

Dono de uma das maiores biodiversidades do mundo, este país tem ainda uma riqueza cultural vinda da interação entre os diversos grupos étnicos — americanos, africanos, europeus, asiáticos etc. — que traz contribuições singulares para a relação sociedade/natureza. Parte desse patrimônio cultural consiste no conhecimento importantíssimo, mas ainda pouco divulgado, dos ecossistemas locais: seu funcionamento, sua dinâmica e seus recursos (Machado, 2001).

Para Romita (2009) é preocupante, no entanto, a forma como os recursos naturais e culturais brasileiros vêm sendo tratados. Poucos produtores conhecem ou dão valor a esse conhecimento do ambiente em que atuam. Muitas vezes, para utilizar um recurso natural, perde-se outro de maior valor, como tem sido o caso da formação de pastos em certas áreas da Amazônia. Com frequência, também, a extração de um bem (minérios, por exemplo) traz lucros somente para um pequeno

grupo de pessoas, que muitas vezes não são habitantes da região e levam a riqueza para longe e até para fora do país.

A falta de articulação entre ações sistemáticas de fiscalização, legislação e implantação de programas específicos que caracterizariam uma política ambiental adequada, além da falta de valorização por parte de todos, induz esses grupos a deixar essas áreas devastadas, o que custará caro à saúde da população e aos cofres públicos. Além disso, a degradação dos ambientes intensamente urbanizados nos quais se insere a maior parte da população brasileira também é razão de ser deste tema (Machado, 2001).

A fome, a miséria, a injustiça social, a violência e a baixa qualidade de vida de grande parte da população brasileira são fatores fortemente relacionados ao modelo de desenvolvimento e suas implicações. Problemas como esse vêm confirmar a hipótese, que já se levantava, da possibilidade de sérios riscos em se manter um alto ritmo de ocupação, com invasão e destruição da natureza sem conhecimento das implicações para a vida no planeta

Por volta da metade do século XX, ao conhecimento científico da Ecologia somou-se um movimento ambientalista voltado, no início, principalmente para a preservação de grandes áreas de ecossistemas “intocados” pelo ser humano, criando-se parques e reservas. Isso foi visto muitas vezes como uma preocupação poética de visionários, uma vez que pregavam o afastamento do ser humano desses espaços, inviabilizando sua exploração econômica (Romita, 2009). Os movimentos sociais foram os primeiros no Brasil a levantar movimentos em prol do Meio Ambiente e exigindo dos governos leis mais específicas.

Reigota (2012) evidencia que esse tipo de constatação gerou o movimento em defesa do ambiente, que luta para diminuir o acelerado ritmo de destruição dos recursos naturais ainda existentes e busca alternativas que concilie, na prática, a conservação da natureza com a qualidade de vida das populações que dependem dessa natureza. Toda essa situação colocou em xeque a idéia desenvolvimentista de que a qualidade de vida dependia unicamente do avanço da ciência e da tecnologia.

Todos os problemas sociais e econômicos teriam, nessa visão, solução com a otimização da exploração dos recursos naturais. Diante dos problemas que emergiram desse sistema surgiu a necessidade de repensar o conceito de

desenvolvimento (Reigota, 2012). Do confronto inevitável entre o modelo de desenvolvimento econômico vigente — que valoriza o aumento de riqueza em detrimento da conservação dos recursos naturais — e a necessidade vital de conservação do meio ambiente, surge a discussão sobre como viabilizar o crescimento econômico das nações, explorando os recursos naturais de forma racional, e não predatória. Estabelece-se, então, uma discussão que está longe de chegar ao fim, ou a um consenso geral.

Para Cunha (2007) será necessário impor limites ao crescimento? Será possível o desenvolvimento sem o aumento da destruição? De que tipo de desenvolvimento se fala? A interdependência mundial se dá também sob o ponto de vista ecológico: o que se faz num local, num país, pode afetar amplas regiões e ultrapassar várias fronteiras. É o que acontece, por exemplo, com as armas atômicas. Se um país resolve fazer um experimento atômico, o mundo todo sofre, em maior ou menor grau, as consequências dessa ação.

Um desastre numa usina nuclear atinge, num primeiro momento, apenas o que está mais próximo: pessoas, alimentos e todas as formas de vida. Num segundo momento, pelas correntes de água, pelos ventos e pelas teias alimentares, dentre outros processos, o desastre pode chegar a qualquer parte do mundo (Reigota, 2012). Com a constatação da inevitável interferência que uma nação exerce sobre outra por meio das ações relacionadas ao meio ambiente, a questão ambiental — isto é, o conjunto de temáticas relativas não só à proteção da vida selvagem no planeta, mas também à melhoria do meio ambiente e da qualidade de vida das comunidades — passa a compor a lista dos temas de relevância internacional (Romita, 2009).

A ética entre as nações e os povos passa então a incorporar novas exigências com base numa percepção de mundo em que as ações sejam consideradas em suas consequências mais amplas, tanto no espaço quanto no tempo. Não é só o crime ou a guerra que ameaça a vida, mas também a forma como se gera, se distribui e se usa a riqueza, a forma como se trata a natureza (Reigota, 2012). De qualquer forma, Cunha (2007) cita que é fundamental a sociedade impor regras ao crescimento, à exploração e à distribuição dos recursos de modo a garantir a qualidade de vida daqueles que deles dependam e dos que vivem no espaço do entorno em que são extraídos ou processados.

Portanto, deve-se cuidar, para que o uso econômico dos bens da Terra pelos seres humanos tenha caráter de conservação, isto é, que gere o menor impacto possível e respeite as condições de máxima renovabilidade dos recursos. Nos documentos assinados pela grande maioria dos países do mundo, incluindo-se o Brasil, fala-se em garantir o acesso de todos aos bens econômicos e culturais necessários ao desenvolvimento pessoal e a uma boa qualidade de vida, relacionando-o com o conceito de sustentabilidade (Reigota, 2012, p. 23).

De fato, o que se tem de questionar vai além da simples ação de reciclar, reaproveitar, ou, ainda, reduzir o desperdício de recursos, estratégias que não fogem, por si, da lógica desenvolvimentista. É preciso apontar para outras relações sociais, outros modos de vida, ou seja, rediscutir os elementos que dão embasamento a essa lógica.

No interior dessas relações mundiais, porém, somente ações atenuantes têm sido possíveis, pois a garantia efetiva da sustentabilidade exige uma profunda transformação da sociedade (e do sistema econômico do capitalismo industrial), substituindo radicalmente os modelos de produção da subsistência, do saber, de desenvolvimento tecnológico e da distribuição dos bens. Sustentabilidade, assim, implica o uso dos recursos renováveis de forma qualitativamente adequada e em quantidades compatíveis com sua capacidade de renovação, em soluções economicamente viáveis de suprimento das necessidades, além de relações sociais que permitam qualidade adequada de vida para todos (Gonçalves et al., 2012).

A própria perspectiva das necessidades do mercado mundial dificulta muitas iniciativas nesse sentido. Cunha (2007) refere que um bom exemplo disso vem da II Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento — a Rio/92 — que estabeleceu uma série de diretrizes para um mundo ambientalmente mais saudável, incluindo metas e ações concretas. Entre outros documentos, aprovou-se a “Agenda 21”, que reúne propostas de ação para os países e os povos em geral, bem como estratégias para que essas ações possam ser cumpridas.

Para Gonçalves et al (2012) a falta de água, desastres naturais, aquecimento global, reciclagem, uso consciente, temperaturas fora do comum. Em toda a história da humanidade, assuntos relacionados ao meio ambiente nunca foram tão debatidos como nos dias de hoje. Essa preocupação permeia grandes encontros políticos e sociais, mas também se faz muito necessária nas relações familiares e, principalmente, no ambiente escolar.

Para uns, a maior parte dos problemas atuais pode ser resolvida pela comunidade científica, pois confia na capacidade de a humanidade produzir novas soluções tecnológicas e econômicas a cada etapa, em resposta aos problemas que surgem, permanecendo basicamente no mesmo paradigma civilizatório dos últimos séculos (Bezerra; Gonçalves, 2007). a comunidade tem a contribuir por meio de pesquisa e o que pode ser feito diante de outros parceiros com a sociedades e governos.

Bezerra e Gonçalves (2007) ainda mencionam que para outros, a questão ambiental representa quase uma síntese dos impasses que o atual modelo de civilização acarreta, pois consideram o que se assiste no final do século XX, não só como crise ambiental, mas civilizatória, e que a superação dos problemas exigirá mudanças profundas na concepção de mundo, de natureza, de poder, de bem-estar, tendo por base novos valores.

Porém, Cunha (2007) cita que a maioria reconhece que a forma clássica para estudar a realidade, subdividindo-a em aspectos a serem analisados isoladamente por diferentes áreas do conhecimento, não é suficiente para a compreensão dos fenômenos ambientais. É necessário que o trabalho seja em conjunto com diversos tipos de conhecimentos e saberes visando despertar uma maior consciência ecológica.

Com isso Bezerra e Gonçalves (2007) descrevem que os seres vivos e os elementos da natureza foram destituídos de qualquer outro tipo de valor místico que podem ter tido em diversos momentos da história e em várias culturas. Tal concepção se estruturou dessa forma no contexto de possibilidades e necessidades criadas no interior de um novo ordenamento da produção econômica e organização política da sociedade

Assim, acabou contribuindo para legitimar a manipulação irrestrita da natureza, uma das premissas dessas novas relações de produção para desvendar os segredos dessa natureza significava também poder construir novas máquinas para aumentar a produção. Esse novo poder que o saber adquiria advinha do fato de possibilitar o ritmo de utilização dos objetos e do próprio conhecimento necessário à moderna organização social do trabalho que então se estruturava (Bezerra; Gonçalves, 2007).

Afinal, Costa (2011) formava-se um extenso mercado consumidor. Sem os estudos empírico-experimentais, fundamentais para a construção do conhecimento científico, certamente não seria possível todo o saber que a civilização ocidental acumulou. No entanto, boa parte do desenvolvimento científico, que se evidencia nos progressos tecnológicos do século XX, está ligada a essa razão instrumental centrada na preocupação de desvendar, intervir e operar, servindo de suporte ao crescimento econômico, transcendendo, inclusive, a intencionalidade do cientista, em sua ação individual.

Na verdade, até a estrutura e o sentido de ser desses componentes parecem ser diferentes, quando estudados sob a ótica dessas interações. É preciso encontrar outra forma de adquirir conhecimentos que possibilite enxergar o objeto de estudo com seus vínculos e também com os contextos físico, biológico, histórico, social e político, apontando para a superação dos problemas ambientais. Entretanto, a busca dessa abordagem não tem sido fácil, nem isenta de contradições, pois mesmo a Ecologia que, em sua origem, tinha como objeto de estudo os componentes de grandes sistemas, tendo em vista a compreensão de sua dinâmica, foi adquirindo significados variados, nas últimas décadas, para diferentes grupos em diferentes contextos (Costa, 2011).

Vêm daí as “teorias” das inteligências múltiplas, e tantas outras que, entretanto, acabam não transcendendo os velhos parâmetros de validação de saberes hegemônicos na civilização ocidental. Entre os grandes anseios atuais está a busca de uma forma de conhecimento que inclua energias, afetividade etc., que se traduzem nos “espaços cultos” como procura de novos paradigmas (Bezerra; Gonçalves, 2007).

É a necessidade de validar a procura de novas explicações e saídas que faz emergir novas possibilidades por intermédio de conceitos filosóficos, como o holismo, ou simplesmente, do apego a idéias religiosas (Cunha, 2007). Dessa forma, a questão ambiental impõe às sociedades a busca de novas formas de pensar e agir, individual e coletivamente, de novos caminhos e modelos de produção de bens, para suprir necessidades humanas, e relações sociais que não perpetuem tantas desigualdades e exclusão social, e, ao mesmo tempo, que garantam a sustentabilidade ecológica. Isso implica um novo universo de valores no qual a educação tem um importante papel a desempenhar

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola deve disponibilizar uma estrutura física e humana para se faça um trabalho ampliando de conscientização da questão ecológica, seja na escola ou mesmo fora dela, onde os alunos terão mais contato direto com o Meio Ambiente e necessidade de preservação.

Os recursos didáticos utilizados em sala de aula podem ser diversificados, auxiliando que os professores possam atingir todos os alunos, chamar sua atenção para a problemática ambiental e auxiliando-os a adquirir conhecimentos que também venham a configurar suas ações dentro e fora do ambiente escolar. Novas formas de pensar são necessárias e precisam aliar-se a outras ações em torno da construção de uma sociedade mais sustentável

Isso quer dizer que tanto a escola precisa diversificar o trabalho que realiza junto aos alunos, como a sociedade como um todo, nos seus diversos setores precisam posicionar-se diante da questão, tomando medidas que sejam eficazes diante da construção de uma nova postura sobre os recursos naturais.

Na atualidade, são poucos os professores que trabalham com a Educação Ambiental e que a instituição de ensino precisa envolver os demais professores com a temática, incentivando sua qualificação, a interação entre esses profissionais, de forma a promover um trabalho interdisciplinar que alcance um maior público e venha auxiliar na construção da conscientização ambiental entre os alunos.

REFERÊNCIAS

BATISTA, M. S. **O espaço da temática ambiental na universidade diante do contexto da globalização**. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, Ed. Especial Impressa - Dossiê Educação Ambiental, jan/jun, 2014.

BEZERRA, T. M.O.; GONÇALVES. A. A. C. **Concepções de meio ambiente e educação ambiental por professores da Escola Agrotécnica Federal de Vitória de Santo Antão-PE**. Biotemas, Florianópolis, v. 20, n. 3, p.115-125, 2007.

CAMPOS, J.B.; PREVE, D.R.; SOUZA, I.F. et al. **Patrimônio cultural, direito e meio ambiente: perspectivas sobre diversidades, cultura e memória**. Curitiba: Multideia, 2016. 264p.

COSTA, P. R. **Educação ambiental no ensino médio: uma análise da prática docente em uma escola estadual de Belém-Pará**. 2011. 144 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano) - Universidade da Amazônia, Belém. 2011.

CUNHA, M.M.S. **A temática ambiental na educação científica segundo as políticas curriculares oficiais brasileiras**. Linhas Críticas, Brasília, v. 13, n. 25, p. 219-234, jul./dez. 2007

GONÇALVES, E. W. da R.; SILVEIRA, D. D. da. **Educação ambiental em uma escola de ensino médio como ferramenta para conhecimento do passivo ambiental**. Monografia Ambiental: UFSM; Santa Maria, v. 6, n. 6, p.1433 – 1444, 2012.

MACHADO, S. **O direito à proteção ao meio ambiente de trabalho no Brasil : os desafios para a construção de uma racionalidade normativa**. São Paulo. LTr, 2001.

REIGOTA, M. **Desafios à educação ambiental escolar**. In: JACOBI, P. et al. (orgs.). Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências. São Paulo: SMA, 2012. p.12.

ROMITA, A.S. **Direitos fundamentais nas relações de trabalho**. 3. Ed. rev. e aumentada – São Paulo: LTr, 2009. p. 409.